



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 4.747, DE 2024

Dispõe sobre o funcionamento de escritórios compartilhados, e dá outras providências.

Autor: Deputado CHIOVANI CHERINI

Relator: Deputado GILSON MARQUES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.747, de 2024, de autoria do Deputado Giovani Cherini, tem por objetivo regulamentar o funcionamento de escritórios compartilhados — também conhecidos como escritórios virtuais ou espaços de coworking — especialmente no que diz respeito à utilização do endereço desses estabelecimentos como domicílio fiscal, sede ou filial de pessoas físicas ou jurídicas.

O texto propõe a definição legal do serviço de escritório compartilhado e estipula um conjunto de obrigações mínimas tanto para os operadores quanto para os usuários. Dentre essas, destacam-se: autorização contratual expressa para uso do endereço; recebimento e notificação de correspondências oficiais; manutenção de registros atualizados; preservação do sigilo e limites claros de responsabilidade.

A proposição visa suprir lacuna legal existente e fortalecer a segurança jurídica de modelos de negócios modernos e descentralizados, amplamente utilizados por microempreendedores, profissionais autônomos e empresas de base digital.

No âmbito desta Comissão, decorreu o prazo regimental de cinco sessões para apresentação de emendas, sem que qualquer emenda tenha sido protocolada.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão apreciar proposições legislativas relativas à proteção e defesa do consumidor, à transparência nas relações contratuais e à organização das atividades econômicas no que diz respeito ao impacto direto sobre a vida cotidiana dos cidadãos, Nos termos do art. 32, inciso V do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 4.747, de 2024, apresenta-se como uma iniciativa oportuna e meritória. Ao reconhecer formalmente a figura dos escritórios compartilhados, a proposta acompanha uma realidade consolidada no Brasil e no mundo, especialmente entre micro e pequenos empreendedores, profissionais liberais e empresas de base tecnológica. Trata-se de um modelo que oferece redução de custos operacionais, amplia o acesso à formalização de negócios e contribui para a descentralização da atividade econômica, fomentando a inovação, a mobilidade e o empreendedorismo urbano e rural.

Entretanto, embora o projeto tenha intenção legítima de conferir segurança jurídica a essa prática, algumas de suas disposições impõem uma carga regulatória que extrapola o necessário para garantir transparência e boa-fé nas relações comerciais. Observa-se, em especial, a presença de obrigações administrativas demasiadamente excessivas, que podem comprometer a flexibilidade desse modelo de negócio, especialmente em contextos de menor escala ou em municípios com menor densidade econômica.

Adicionalmente, certas previsões acabam por atribuir aos escritórios funções de natureza quase parafiscal, exigindo o cumprimento de deveres típicos de órgãos públicos, o que descaracteriza a natureza privada e contratual da atividade, colidindo com os princípios da liberdade econômica, da mínima intervenção estatal e da responsabilidade individual dos usuários.

Por essas razões, foi apresentado um substitutivo ao texto original, com o intuito de preservar os objetivos centrais da proposta, mas adequando seu conteúdo à necessidade de equilíbrio regulatório e ao respeito aos princípios da liberdade econômica.

O novo texto busca evitar a imposição de encargos desproporcionais aos operadores dos escritórios compartilhados, afastando exigências excessivamente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

detalhadas ou que atribuíssem a esses estabelecimentos funções típicas do poder público. Com isso, reforça-se o caráter contratual e privado da relação entre usuários e operadores, respeitando-se a autonomia da vontade, a lógica da livre iniciativa e a responsabilidade individual.

O substitutivo, assim, mantém o mérito da proposta original, mas o faz de forma mais compatível com uma regulação moderna, baseada em simplicidade, previsibilidade e mínima intervenção estatal.

Com tais ajustes, o projeto mantém seu mérito original, mas passa a refletir de forma mais fiel os princípios que devem orientar a regulação moderna: simplicidade, neutralidade, proporcionalidade e respeito à liberdade de empreender.

Diante do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 4.747 de 2024, na forma do **Substitutivo** ora apresentado.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2025.

Deputado GILSON MARQUES
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.747, DE 2024

Dispõe sobre o funcionamento de escritórios compartilhados, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o funcionamento de escritórios compartilhados, e dá outras providências.

Art. 2º Para os fins desta Lei considera-se escritório compartilhado a pessoa jurídica que disponibiliza seu endereço para uso de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive como domicílio, sede ou filial.

§1º O escritório compartilhado deverá oferecer, no mínimo:

I - autorização de utilização de endereço comercial para registro em órgãos e entidades públicas, bem como para utilização em quaisquer documentos públicos ou privados;

II – recebimento de correspondências e das notificações, intimações, citações judiciais ou extrajudiciais, e comunicações de órgãos ou entidades públicas ou privadas destinadas ao usuário ou a seus representantes; e

III – notificação do recebimento das correspondências de que trata o inciso II deste artigo ao usuário.

§2º O escritório compartilhado poderá, adicionalmente, prestar serviços administrativos ou locação de espaços físicos.

Art. 3º A utilização de endereço de escritório compartilhado como domicílio de pessoa natural ou de sede ou filial de pessoa jurídica apenas poderá ser efetuada mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços com o escritório compartilhado que preveja, expressamente, essa possibilidade.

Art. 4º São obrigações dos usuários dos escritórios compartilhados:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL GILSON MARQUES

Apresentação: 26/08/2025 12:07:32.417 - CICS
PRL 1 CICS => PL 4747/2024

PRL n.1

I – manter seus dados cadastrais atualizados junto ao escritório compartilhado;

II – informar o uso do endereço junto a órgãos públicos, e, quando solicitado, apresentar essas documentações atualizadas ao escritório compartilhado;

III – após o encerramento contratual, atualizar os registros que contenham o endereço do escritório compartilhado, e remeter uma cópia desses documentos ao escritório no prazo de até 60 dias corridos da rescisão.

Art. 5º São obrigações do escritório compartilhado:

I – manter atualizados seus dados cadastrais junto às autoridades públicas;

II – comunicar imediatamente ao usuário o recebimento de notificações oficiais a ele destinadas;

III – preservar a privacidade de correspondências, comunicações eletrônicas, informações dos usuários e das pessoas que acessem o local, salvo obrigação legal em contrário;

IV – fornecer às autoridades, quando formalmente requisitado, a relação de usuários ativos ou inativos e seus dados de contato.

Art. 6º O escritório compartilhado não será responsável por obrigações legais, fiscais, trabalhistas ou administrativas de seus usuários, salvo quando houver vínculo de grupo econômico.

Parágrafo Único. O disposto no caput aplica-se também às pessoas jurídicas criadas por usuários durante suas atividades no escritório compartilhado.

Art. 7º A prestação de serviços de escritórios compartilhados, realizada na forma contratual, atendendo aos requisitos desta Lei, não caracteriza sublocação de qualquer espécie.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 26 de agosto de 2025.

Deputado **GILSON MARQUES**

Relator

